



ESTADO DE SERGIPE
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
 RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Há 21 dias do anúncio do investimento de R\$ 10 milhões na compra de medicamentos e insumos para o abastecimento da rede hospitalar de saúde de Sergipe por um período de 60 dias, a falta de antibióticos e outros remédios foi a realidade encontrada pelo Ministério Público do Estado na Central de Logística (Celog) da Fundação Hospitalar de Sergipe (FHS) durante fiscalização efetuada na manhã de ontem, 19. Prateleiras vazias e prazos de validade já próximo ao vencimento expostos nas embalagens atestaram as denúncias feitas ao órgão fiscalizador sobre a ausência de medicamentos de grande demanda nas unidades e existência de substâncias com data de vencimento em 25 ou 28 deste mês.

“Um deslize na maquiagem apresentada pelo Governo do Estado há duas semanas como saneamento de uma deficiência de abastecimento que se arrasta desde 2012”, afirmou João Augusto Oliveira, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe. O desabastecimento das unidades de Saúde do Estado já foi objeto de ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual.

Sem esconder a insatisfação quanto ao cenário encontrado na Celog, a promotora de Justiça Euza Missano garantiu que inquéritos civis serão instaurados para a apuração das irregularidades e, conseqüente, responsabilização. “O que nos foi informado e também à população é que teríamos um abastecimento de 60 dias, o que já não é suficiente, e o que a gente observa é que não durou nem os 60 dias. É lamentável, pois as pessoas continuam sofrendo com a falta de medicação. Essa fiscalização se fez absolutamente necessária, pois o MP escutou durante essas duas últimas semanas denúncias sobre a falta de medicamentos, especialmente antibióticos, e alguns oncológicos, além de insumos necessários. Pudemos observar que está faltando medicamento sim e, portanto, o MP vai instaurar inquérito civil para apurar as irregularidades novamente desse desabastecimento. Na verdade, já existe uma ação civil movida desde 2012, na qual o MP já informava a autoridade julgadora esses problemas. Naqueles itens que já estão judicializados vamos entrar com o pedido de execução e responsabilização, e naqueles

que não foram, o MP irá instaurar inquérito civil”, explicou a promotora de Justiça.

Apontando as conseqüências da constante desregulação de abastecimento, o presidente do Sindimed, José Augusto Oliveira, também ressaltou o desencontro entre a realidade e o apresentado pelo Governo do Estado. “Diversos antibióticos de primeira indicação - e isso é o mais agravante - estão em falta. Os médicos estão tendo que passar antibióticos de maior amplitude, ou seja, aqueles que seriam utilizados em necessidade de segundo momento. Remédios que são muito mais caros estão sendo usados com uma resolutividade não tão adequada, o que acaba levando a uma descompensação financeira, porque há a falta de programação, e nenhum real benefício para o paciente”, lamentou o sindicalista.

Ele chamou a atenção para o fato de que os produtos anunciados como comprados, há cerca de, no máximo, quatro semanas, não estarem nas prateleiras da Celog, o que, segundo ele, levanta a suspeita de que nunca chegaram a ser comprados. “Foi uma verdadeira maquiagem feita pelo governo para acabar com uma deficiência constante e real, denunciada há anos pelas categorias”, disse.

FISCALIZAÇÃO comprova que estoque de medicamentos para a rede hospitalar é baixo e muitos estão próximos do prazo de validade

Sob a justificativa de que espera a indústria farmacêutica fazer a entrega dos medicamentos faltosos, o diretor operacional da FHS, Wagner Andrade, reforçou a informação de ter feito a aquisição de itens e explicou que a falta de antibióticos resulta de uma logística diferenciada. "Existe um consumo das unidades que é repostado semanalmente e, eventualmente, alguns materiais têm uma logística diferente e que atrasa, mas podemos comprovar que as compras foram feitas. Grande parte dos materiais usados na rede está em estoque com grande quantidade, mas quanto aos antibióticos temos uma logística diferenciada, pois não podemos armazenar vasta quantidade deles, uma vez que o espaço deve ser refrigerado. Além disso, dependemos da logística da entrega das empresas, e também tivemos problemas com a matéria-prima de alguns itens, a própria Anvisa reconhece, junto aos fornecedores, que tem dificuldade de estar entregando isso, mas as ordens de fornecimento estão prontas", declarou Wagner.

A respeito do lote de Sinvastatina encontrado na Celog com validade prevista para o próximo dia 28, o diretor operacional da FHS garantiu que ele não foi adquirido com o recente investimento de R\$ 10 milhões, e destacou a pouca demanda de uso da subs-

tância. "Pontualmente, a sinvastatina é um medicamento que a gente utiliza para redução dos índices de colesterol, e não é uma medicação de uso de urgência e emergência. Ele é utilizado em pacientes que têm infarto e não é medicação utilizada rotineiramente, mas a gente, vez ou outra, precisa dessa medicação, embora não seja como antibiótico, cuja saída é bem maior", esclareceu Wagner Andrade, afirmando que o lote em questão não fora adquirido recentemente.

Fora do prazo

Ainda na fiscalização, foi possível verificar um grande número de medicamentos e materiais armazenados num depósito. Entre eles, antibióticos vencidos, que segundo a coordenadora de Saúde Pública da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, Maria Angélica Rezende Silveira, poderiam ter salvado vidas. "Isso é lamentável, um absurdo. É o nosso dinheiro indo para o ralo! Quantas pessoas necessitaram de alguns desses medicamentos e não tiveram acesso? São toneladas de remédios jogados fora, enquanto a população fica desassistida. Nós vamos fazer um relatório e encaminhar ao Conselho da OAB/SE, para que haja uma definição das providências a serem tomadas", disse a advogada.

Segundo o diretor operacional da FHS, Wagner Andrade, o estoque de medicamentos fora da validade é uma realidade em todo o país. "Em qualquer lugar do Brasil, uma unidade que toma conta de praticamente 14 hospitais, fora o Samu, vai ter que ter o recolhimento de materiais vencidos e estocados para serem incinerados", disse.

A promotora Euza Missano também garantiu que o MP irá apurar a questão. "A realidade que vimos na Celog é totalmente diferente da que nos foi apresentada há duas semanas. Constatamos alguns antibióticos vencidos, inclusive. Isso tudo será apurado em inquérito civil para que, posteriormente, possamos passar esse relatório para a autoridade julgadora e para a população. É uma situação lamentável, pois as pessoas continuam sofrendo com a falta de antibióticos, principalmente nas duas maiores unidades de atendimento, que são o Huse e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes", afirmou, com ar de desapontamento.